

Observatório de Deontologia do Jornalismo

Nº 4 - Julho 2010

Boletim mensal do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas

Penetração e influência dos desportivos requerem jornalismo e jornalistas exigentes



«A BOLA»
Falta pluralismo, modalidades... e mulheres

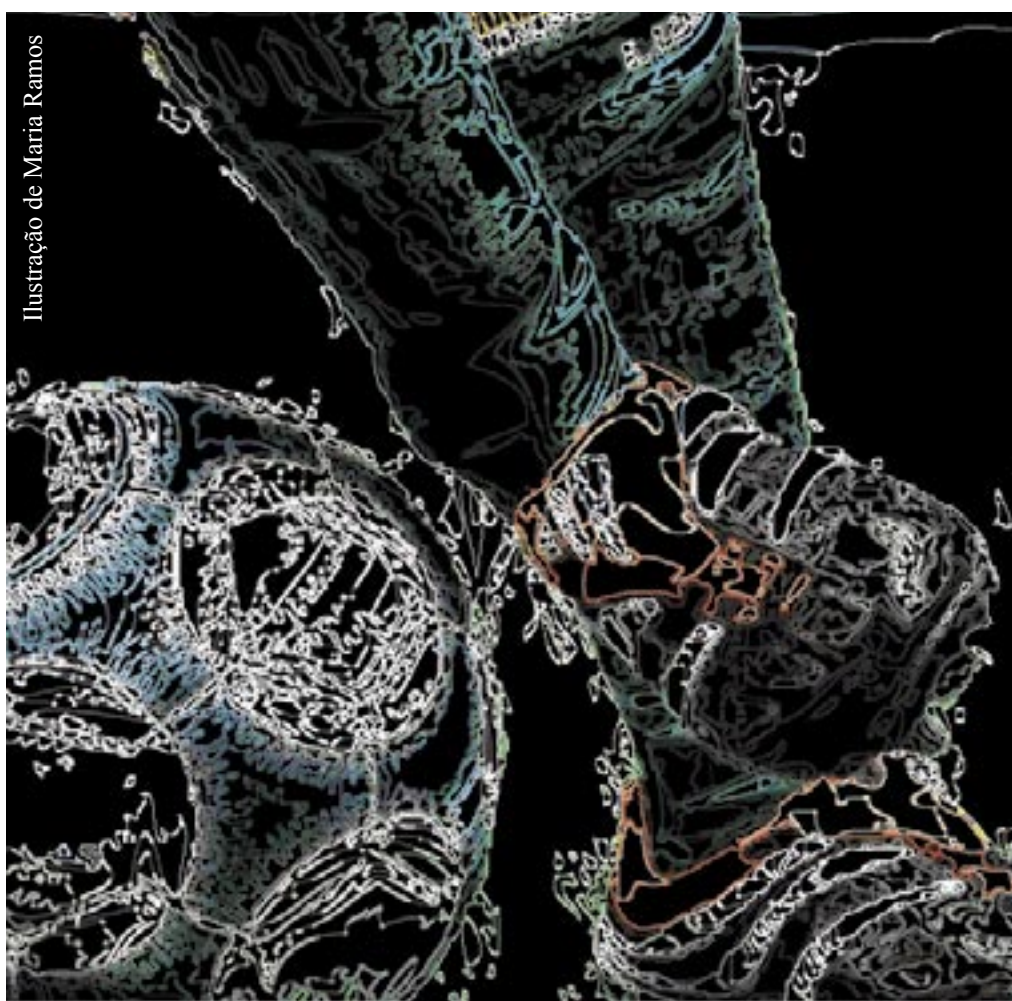
Pág. 5

«O JOGO»
Fontes escondidas e muita interpretação

Pág. 7

«RECORD»
Futebol versus desporto

Pág. 9



Muito se pode contar sobre o atribulado percurso do jornalismo desportivo e dos jornais desportivos entre nós. Apesar de haver pouca

história documentada sobre o assunto. Nasceram numa dimensão à parte dos jornais da época, não reconhecidos como jornalismo,

com profissionais não reconhecidos como jornalistas, como lembrou Carlos Pinhão no primeiro congresso de jornalistas portugueses, em 1983. »

Bad news is good news

Pág. 12

O princípio redutor do contraditório

Pág. 13



«Ética, Justiça e Liberdade de Expressão na comunicação social»

O boletim «Observatório de Deontologia do Jornalismo» publicou em Junho a peça «Ética, Justiça e Liberdade de Expressão na comunicação social: Processos indemnizatórios agravam constrangimentos à liberdade de expressão», em que «ouve diferentes profissionais de vários órgãos de comunicação social, que se dedicam ao jornalismo de investigação e ao quotidiano judicial, uma das áreas de trabalho mais complexas e que maior quantidade de processos gera.»

No exercício do seu direito de rectificação e resposta, recebemos da jornalista Cândida Pinto a seguinte carta, que reproduzimos na íntegra:

Exmos Srs.
No Boletim mensal do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, no artigo com o título «Ética, Justiça e Liberdade de Expressão – Processos indemnizatórios agravam constrangimentos à liberdade de expressão», a jornalista Felícia Cabrita quando questionada sobre a existência de falta de ética dos jornalistas entre si, diz o seguinte:
“Já me aconteceu, recentemente. Num trabalho apresentado na SIC, sobre Graça Machel e Nelson Mandela, foi utilizado material meu, feito quando eu estava ainda no Expresso, sobre mulheres no século XXI e nem sequer houve a delicadeza de me dizerem algo. Fui confrontada com

ele, quando olhei para a televisão e vi que a autora era Cândida Pinto...ainda por cima uma fraude que não vem de uma jornalista qualquer...”
Face às acusações cumpre-me esclarecer Vexas que:
1. O programa não era sobre Graça Machel e Nelson Mandela, antes uma Grande Reportagem sobre Nelson Mandela com o título “Mandela: um homem bom”
2. Utilizei, na sua realização, entrevistas que fiz este ano a portugueses que privaram com Mandela e todo o resto eram imagens e declarações que fazem parte do Arquivo da SIC.
3. Não existe no Arquivo da SIC qualquer restrição à utilização de excertos de

um programa sobre Graça Machel, feito por várias pessoas entre elas Felícia Cabrita, e exibido na SIC em 2006.

4. A ficha técnica da Grande Reportagem “Mandela: um homem bom” continha a indicação de que parte do material utilizado na elaboração da reportagem teve origem no Arquivo SIC.

5. Não considero que tenha violado qualquer princípio ético ou que tenha cometido qualquer fraude, aliás não faz parte do meu código deontológico esse tipo de práticas.

6. Não me parece digno de um Boletim do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas publicar uma acusação de fraude a um jornalista sem o ouvir.

Melhores cumprimentos,
Cândida Pinto

Nota – O «Boletim Observatório de Deontologia do Jornalismo» reconhece o erro cometido ao publicar a aludida declaração de Felícia Cabrita e apresenta desculpas a Cândida Pinto.

Observatório de Deontologia do Jornalismo

Boletim não se publica no mês de Agosto

Um espaço para reflectir sobre as práticas profissionais



Penetração e influência dos desportivos requerem jornalismo e jornalistas exigentes

Os jornais desportivos cresceram, ao longo da segunda metade do século XX assim, por força das circunstâncias e do lugar periférico a que foram vetados, como detentores de uma cultura própria.

Defendia então Carlos Pinhão que a dimensão e influência dos jornais desportivos estavam na base daquilo que entendia ser o “medo” que estes geravam no meio profissional, ou seja, do jornalismo. “Medo da força que têm, da penetração que conseguem, da influência que exercem, da alienação que podem promover.”

Fenómeno de popularidade nas bancas, paralelo à que goza o futebol no país – mais do que o desporto no geral –, a imprensa desportiva foi ao longo da sua história líder de audiências. Tal como os jogos de futebol sustentam recordes de audiências nas televisões

e engrossam as receitas de publicidade dos canais, sendo os únicos programas capazes de, repetidamente, bater o fenómeno do outro “ópio” – as telenovelas.

Mas essa popularidade não chegou para evitar que os jornalistas de desporto fossem, até 1972 [1] desgarrados da profissão, com o acesso vedado à sindicalização e ao reconhecimento profissional enquanto jornalistas.

Talvez tenha sido desses tempos difíceis que se gerou um certo fosso no seio da classe, que faz com que ainda hoje se encare, sem qualquer razão que o justifique, o jornalismo desportivo como uma realidade à parte.

Jornalismo desportivo? Será a expressão correcta? Haverá um jornalismo desportivo, um jornalismo económico, um jornalismo de ciência? Corroboramos a tese de Rui Cartaxana,

fundador do «Record», um dos mais marcantes jornalistas associados ao fenómeno desportivo em Portugal, quando, em 1998, por ocasião do terceiro congresso de jornalistas, defendeu: “Não há um jornalismo desportivo, como não há uma música militar. O que há sim é bom e mau jornalismo”.

É sob esta batuta de Cartaxana que desenvolvemos aqui uma análise do fenómeno que ainda são os jornais desportivos. Fenómeno esse que se alimenta da força que o futebol exerce socialmente para continuar a passar um pouco ao lado da crise da imprensa e da leitura de jornais, com os números de audiências sempre acima do que são os resultados dos títulos generalistas. E que explode na leitura online ao sabor do impulso que os sítios vão tendo em plena crise do impresso.

Ultrapassados os tempos da dimensão paralela a que se votaram estes títulos, é tempo de analisar este fenómeno dos títulos desportivos à mesma luz que ilumina o resto da esfera dos média e a restante imprensa em particular. Fará sentido aceitar que recorram a uma linguagem própria? Como tratam as regras deontológicas da profissão que a todos compete respeitar? E porque se continua a falar do futebol como uma realidade desportiva predominante?

Mais do que responder, pretende-se aqui levantar estas questões e trazê-las ao debate público. É essa a intenção do tema do boletim deste mês dedicado aos três diários desportivos. Procedeu-se à análise das edições publicadas durante o mês de Março.

O Conselho Deontológico (CD) analisou, dia-a-dia, o modo como tratavam as principais notícias do dia, reflectidas nas primeiras páginas de cada um dos três títulos em banca – «A Bola», «O Jogo» e «Record».

A que notícias atribuem importância de primeira página? Que dimensão atribuem à manchete e notícias de primeira página no interior do jornal. Que tipo de linguagem privilegiam? Será o jargão desportivo acessível a todos? As regras básicas da redacção de notícias — como a identificação das fontes, a audição das partes atendíveis, o contraponto de opiniões — são respeitadas? E que lugar têm as várias »

modalidades nos títulos desportivos, que tendem a privilegiar o futebol?

Tendo em conta as especificidades do trabalho dos jornalistas nos jornais desportivos, o CD quis saber a posição dos directores dos três títulos sobre uma série de matérias, designadamente as que resultavam de conclusões preliminares da análise feita.

Foi enviado um conjunto de questões aos directores de «A Bola», «O Jogo» e «Record», cujas respostas se destinavam a publicação neste número do boletim «Observatório de Deontologia do Jornalismo». Mas apenas respondeu Manuel Tavares, director do jornal «O Jogo», cujas posições se publicam nesta edição.

Contribuir para quebrar tabus e esclarecer acusações recorrentes de tendências clubísticas e pouco rigor, que recaem sem critério, sobre muitos profissionais que as recebem desmerecidamente, é o objectivo, a que juntamos um desafio para que outras vozes se juntem ao debate sobre o tema.

AM, FL e SO

Nota [1] Até 1965 apenas eram reconhecidos como jornalistas, e como tal inscritos no Sindicato Nacional dos Jornalistas, entidade que conferia o título profissional, os profissionais da imprensa diária. A qualidade de jornalista tornou-se extensiva aos jornalistas de agência em 1965, aos dos desportivos em 1972, aos dos semanários, rádios e televisão em 1974.

JORNALISMO NOS DESPORTIVOS E ADJECTIVAÇÃO

Uma visão internacional

Um dos pressupostos do jornalismo é que seja objectivo, sério, credível. Fazer informação respeitando este princípio deve ser o objectivo de todo e qualquer jornalista, seja de política, de economia, de cultura ou de desporto. Todos são profissionais do mesmo ofício e regem-se pelas mesmas regras éticas e deontológicas, independentemente do meio de

O jornalista colombiano independente Servio Tulio, num artigo publicado em Maio no sítio da Fundação para o Novo Jornalismo Iberoamericano (FNPI), considera que no exercício profissional relatores e comentaristas de futebol recorrem frequentemente a “adjectivos valorativos com conotações bélicas”, como o jogador “x desferiu um tiro perigoso”, “a equi-

Falar de objectividade da informação jornalística significa considerá-la uma tendência, meta ou a intenção firme de quem informa para ver, compreender e divulgar um acontecimento tal como ele se produz, no seu ambiente e contexto, prescindindo de preferências, posições e interesses próprios.

comunicação ser escrito, televisivo, radiofónico ou na área das novas tecnologias.

Porém, o jornalismo desportivo é feito muitas vezes “a quente”, com os jornalistas a relatarem os desafios ou as provas que estão a acompanhar em directo. Daí que fiquem na difícil situação de manter sob controlo as suas emoções e as suas palavras, condição indispensável para produzirem uma informação séria e credível.

pa y está armada de bons avançados”.

“E o que dizer das expressões carregadas de agressividade e que despertam reacções violentas entre os adeptos? Que pensar destas situações do ponto de vista ético?”, interroga-se.

As transmissões ao vivo e em directo, pela rádio e televisão, segundo Tulio, correm o perigo de que os factos narrados sejam alterados pelas preferências do jornalista ou pelas emoções do momento.

“É nesta altura que se deita mão à adjectivação que tanto pode ser uma forma de opinar, como um elemento útil para descrever”, afirma.

Segundo o autor do artigo, o jornalismo tem o objectivo de prestar ao leitor o serviço de uma informação exacta e completa, portanto, “todo o adjectivo que equivale a uma opinião, impede que se cumpra essa finalidade e reduz-se à credibilidade do jornalista e do órgão” para que trabalhe.

Servio Tulio defende que o receptor da informação “não perdoa com facilidade que, sob o pretexto de ser informado, o manipulem ideologicamente ou por uma questão de lealdade para com uma equipa, partido, líder, governante ou grupo religioso”.

Pelo contrário. Mas salienta: “O adjectivo que descreve uma situação, um facto ou uma personagem, contribui para o grande objectivo de pôr o receptor na primeira fila dos acontecimentos”.

“A dificuldade está em determinar onde termina o terreno do opinável e onde começa o do descritível. A sensibilidade ética de respeito e de vontade de servir os receptores é a melhor orientação”, conclui o jornalista colombiano.

A FNPI foi criada em Cartagena das Índias, Colômbia, em 1994, pelo antigo repórter e escritor Gabriel Garcia Marquez, com o objectivo de trabalhar para melhorar o jornalismo e contribuir para a »

democracia e desenvolvimento nos países Ibero-americanos e das Caraíbas.

Objectividade

Falar de objectividade da informação jornalística significa considerá-la uma tendência, meta ou a intenção firme de quem informa para ver, compreender e divulgar um acontecimento tal como ele se produz, no seu ambiente e contexto, prescindindo de preferências, posições e interesses próprios.

Esta é a definição de Luca Brajnovic (1919-2001), professor universitário, jornalista e romancista croata, no livro “Deontologia Jornalística”, publicado em 1978 pela Universidade de Navarra.

Na prática, refere o autor, “a informação objectiva vê-se obrigada a formar uma opinião sobre os factos, mas não sobre os sentimentos”.

“Obriga a dar a conhecer a complexidade de um problema a uma sociedade moderna, a ouvir os argumentos do ‘outro’, a fomentar o respeito e a tolerância pelas opiniões contrárias, sem que qualquer das partes tenha de abdicar da sua própria opinião e dos seus argumentos”.

Portanto, defende Brajnovic, a objectividade “é um ideal cuja base é a verdade, como relação de confiança entre o sujeito e o objecto, entre o promotor e o facto, entre o dado e o acontecimento”.

Francisca Leal



«A BOLA» Falta pluralismo, modalidades... e mulheres

No que toca ao pluralismo e equilíbrio do tratamento noticioso sobre os vários clubes, pode dizer-se que este é um dos aspectos mais óbvios que caracterizam o jornal «A Bola». O jornal fundado por António Ribeiro dos Reis, que tem no seu ADN uma forte ligação ao Benfica, é claramente tendencioso no que ao clube da Luz toca em relação ao espaço de primeira página dado ao clube.

Sendo certo que o campeonato deste ano foi muito marcado pelo Benfica e que o mês analisado, de Março, foi profícuo em episódios favoráveis ao clube da Luz, o facto de, em 31 dias, ocorrerem 22 primeiras páginas com notícia principal sobre o Benfica, mesmo em dias em que outros clubes deveriam ser justamente os protagonistas das notícias desportivas, faz pensar sobre a justiça das críticas lançadas ao título sobre a sua imparcialidade. O FC Porto não tem direito a honras de notícia principal na primeira página, nem mesmo no dia 10, a seguir a ter perdido por 5 a 0 em casa do Arsenal.

Pelo contrário, há muitas vezes pretextos para manchetes dedicadas ao Benfica, que não vão ao encontro da actualidade, como é o caso de uma manchete de dia 4 de Março, referente às prestações de Di Maria e de Cardozo nas respectivas selecções, quando na véspera Portugal tinha conse-

guido uma magra vitória por 1-0 contra a China em Coimbra e a Selecção tinha sido vaiada pela má prestação.

Pode-se considerar grave o facto ocorrido no jornal de dia 22, após os conflitos entre Benfica e FC Porto no Algarve, na final da Taça da Liga, em que o jornal decide fazer sobre o assunto o título: “Adeptos do FC Porto estragam a festa”, ignorando o facto de também terem ocorrido agressões que envolviam adeptos do Benfica. As fotografias usadas só mostram adeptos do FC Porto.

Fontes

A identificação clara das fontes da notícia, uma regra básica do jornalismo, que sustenta a credibilidade da escrita jornalística, nem sempre ocorre, ou não é feita da melhor maneira.

O jornal, muitas vezes, não identifica as fontes da informação que veicula, ou utiliza frequentemente fontes anónimas, recorrendo a

expressões de subterfúgio como “ainda que ninguém assumia abertamente”. E quando cita fontes, entre elas jogadores ou treinadores, não clarifica se as declarações foram feitas ao jornalista em contacto entre os dois, ou em ambiente de conferência de imprensa no contexto de um jogo, a ele e a outros jornalistas.

Há exclusivos do jornal que citam uma única fonte anónima ao longo do texto, os desmentidos são frequentes e as notícias de manchete, na maioria dos dias analisados, são notícias onde não são citadas fontes de qualquer tipo.

Apesar de ser pouco frequente, no mês analisado, o recurso ao género entrevista, neste campo não é claro quando efectivamente a entrevista foi dada ao jornal ou se são respostas conseguidas em conferência de imprensa, como se pode ver numa entrevista a Jorge Jesus a 21 de Março ou de outra a David Luiz onde não é claro como foi conseguida a conversa. »

Estilo

O recurso à adjectivação é uma das características do estilo dos textos de «A Bola» analisados, algo que é consensual que se deve evitar nas notícias. Expressões como “elevadíssima dificuldade” ou “enorme relatividade” (texto: “Lembras-te Aparício”, a 6 de Março, pag 6), podem ser encontradas numa só notícia.

Falta de equilíbrio entre as modalidades

Com base na análise feita, são uns escassos dez

por cento, os dedicados a outras modalidades desportivas que não o futebol, no caso do mês analisado de «A Bola». E encontram-se apenas dois raros casos de notícias chamadas à primeira página de outras modalidades: uma notícia de rãguebi, no dia 14, e outra de atletismo, no dia 15, referindo-se à medalha de Prata de Naide Gomes no Mundial de Atletismo.

É um facto que Vítor Serpa, no dia 16, se insurge contra o facto do Atletismo e do feito de Naide Gomes não ter tido atenção mediática nesse fim-de-semana. A começar pelo seu jornal. Desculpasse o director: “Os jornais

não conseguem sozinhos ser educadores do povo”. Mas não terão a obrigação de tentar? Podem começar pelo equilíbrio nos temas dos editoriais. Num mês registaram-se apenas dois editoriais onde era referida outra modalidade. Um deles o dia 16 que aqui já citamos. Outro o da véspera, de dia 15, onde Santos Neves divide uma modesta referência ao feito de Naide Gomes com uma análise à jornada de futebol do fim-de-semana. Para quando a classificação destes jornais como jornais de futebol, em vez de desportivos?

Uma última nota crítica para o facto de «A Bola» continuar a promover uma

política sectária e machista nas redacções, não se encontrando uma única assinatura feminina a escrever sobre o rei futebol, guardadas as assinaturas de mulheres que estão para o espaço de outras modalidades. Numa altura em que até a televisão se deixou dessas coisas com repórteres de campo mulheres nos jogos, até quando os jornais vão continuar a apostar neste tipo de comportamento?

Ana Machado



«A Bola»

Ficha técnica

Fundado há 65 anos, a 27 de Janeiro de 1945, por António Ribeiro dos Reis, Cândido de Oliveira e Vicente de Melo, o desportivo «A Bola» veio inaugurar uma nova maneira de fazer jornalismo na área desportiva. Assumiu privilegiar a qualidade e recusou-se a relegar o jornalismo para um subgénero que não fazia sentido no entender dos fundadores do título da Travessa da Queimada.

Assumidamente homens de futebol – apesar de Ribeiro dos Reis estar ligado ao rãguebi, por exemplo, e Cândido de Oliveira à génese da Volta a Portugal em bicicleta, os fundadores de «A Bola» tinham a pretensão de transformar o jornalismo desportivo num género apetecível a todos os grupos, dos mais intelectuais aos populares. “O futebol não era tudo... mas era uma parte importante”.

Com uma periodicidade bisemanal inicial, o jornal, que veio revolucionar o jornalismo na área desportiva, passa a trissemanário em 1950 e só em 1989 passaria a ter quatro edições semanais. Surge como diário em 1995, ano em que passa também ao formato tablóide.

“Mais do que um jornal de informação, ‘A Bola’ era, nessa altura, um jornal de promoção

e desenvolvimento do desporto, especialmente do futebol”, sustentava o director Vítor Serpa, em entrevista ao gratuito económico «Oje», no âmbito dos 65 anos do jornal, realizados este ano, reconhecendo que o crescimento mais acentuado ocorreu depois, na década de 60, com as duas vitórias do Benfica na Taça dos Campeões Europeus, a vitória do Sporting na Taça das Taças e o terceiro lugar de Portugal no campeonato do mundo de 1966.

Apesar dos dados sobre tiragem e vendas em banca deste desportivo não figurarem nos relatórios periódicos da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem, da qual «A Bola» não faz parte, Vítor Serpa afirmava, na mesma entrevista, que o diário desportivo tem uma tiragem de 120 mil exemplares.

De acordo com Vítor Serpa, em Dezembro de 2009, «A Bola» registou uma subida nas vendas de cerca de dez por cento, em relação ao período homólogo. E reclama ser o desportivo mais vendido.

É também líder na audiência na Internet, sendo o jornal com edição online com maior número de visitas únicas.

É propriedade da Sociedade Vicra Desportiva.

AM



«O JOGO» Fontes escondidas e muita interpretação

Da análise feita durante o mês de Março à edição do jornal «O Jogo» sobressaem três preocupações: as fontes, a linguagem e o desequilíbrio entre modalidades.

De facto, quanto às fontes, o Código Deontológico aponta a sua identificação como uma regra básica. É possível, em casos excepcionais, não as citar, mas são isso mesmo, casos excepcionais.

Contudo, é muito frequente, mais do que seria desejável, o recurso a expressões que indicam que o jornal “sabe que” ou “apurou”.

Muitas são também as vezes em que não há qualquer referência à fonte ou fontes da notícia, deixando

no ar que a informação deve ter tido origem muitas vezes nos próprios empresários dos jogadores. Como exemplos surgem as edições dos dias 6 e 17 de Março.

Na primeira, que chama para manchete o título “Pongolle joga com dores”, referindo-se a um jogador do Sporting Clube de Portugal, o principal texto que suporta a manchete não tem uma única fonte citada e apenas a meio do texto surge a popular expressão “‘O Jogo’ apurou”.

No segundo caso, com a manchete “Benfca: Um milhão pela Liga Europa”, referindo-se ao treinador do clube da Luz, o jornal publica um texto mais uma vez sem uma única fonte.

No mês analisado o equilíbrio com que os vários clubes são tratados foi praticamente conseguido, sobretudo quando se coloca nos pratos da balança o peso de alguns episódios, como por exemplo a vitória do Benfica na Taça da Liga e no campeonato, que fizeram com que em 31

dias o clube da Luz fosse chamado para a manchete quase metade do mês (14 vezes).

Ainda sobre as manchetes e as notícias, de referir que muitas das manchetes do mês analisado remetiam mais para textos interpretativos sobre o que passou neste ou naquele jogo, ao estilo de comentário.

Outra das notas desta análise vai precisamente para a mistura muitas vezes existente entre o texto de notícia e o de comentário. Não que os comentários e análises não tenham identificação própria. Isso o grafismo encarrega-se de separar. O que acontece é que, muitas vezes, os textos das notícias estão muito colados ao comentário, com grande adjectivação por parte de quem escreve, o que pode afectar a necessária imparcialidade e isenção jornalística.

A propósito de quem escreve, casos houve em Março de textos sem »

«O Jogo» Ficha técnica

O jornal «O Jogo» é o primeiro desportivo de publicação diária em Portugal, tendo aparecido pela primeira vez nas bancas a 22 de Fevereiro de 1985. «O Jogo» foi comprado à Empresa JN em Março de 1994 pela Jornalinveste.

Desde 1998 que «O Jogo» tem uma edição online, que é gerida pela Sportinveste Multimédia, empresa criada em 2001 e resultante da parceria entre os grupos Portugal Telecom e Sportinveste.

A edição online está orientada em termos noticiosos para a edição impressa entre as 02:00 e as 12:30, destacando as notícias igualmente disponíveis na versão papel, e partir daí a página de entrada do jornal passa a dar mais destaque às notícias do dia,

que passam então a fazer parte do corpo central do sítio.

Manuel Tavares é o director do jornal, que tem redacção no Porto e em Lisboa. A estrutura de direcção é composta ainda pelos directores-adjuntos Fernando Santos (Porto) e António Tadeia (Lisboa) e pelo subdirector José Manuel Ribeiro.

No global, entre o Porto e Lisboa, trabalham de forma regular para «O Jogo» cerca de 40 jornalistas, aos quais se acrescenta uma rede de cerca de três dezenas colaboradores.

No mês de Março o jornal teve uma tiragem média diária de 45.479 (dados APTC). A média de vendas para o mês de Março é de 25.845 exemplares/dia. Custa 0,80 euros

SO

assinatura, sem autor. Esta situação deve ser motivo de preocupação porque na maioria dos casos não se trata de peças de fontes organizadas, como as agências, por exemplo, caso contrário seriam referidas. Ou pelo menos deviam ser.

Finalmente as modalidades. De facto, os jornais analisados têm mais de jornais de futebol do que desportivos. Se bem que se compreenda o peso do futebol sobretudo nas áreas de interesse de quem compra publicações desportivas, por outro lado também

estes jornais deveriam ter maior preocupação quanto às restantes modalidades.

Na edição de Março, com uma média global de 40 páginas, «O Jogo» dedicou cerca de dez por cento a outras modalidades, sobretudo Atletismo, Automobilismo, Basquetebol,

Voleibol e Ténis.

Susana Oliveira



MANUEL TAVARES, DIRECTOR DE «O JOGO»

O jornal privilegia o futebol «em função das audiências»

Manuel Tavares, director de «O Jogo», afirma que o jornal privilegia o futebol em relação a outras modalidades desportivas «em função das audiências relativas, ou, se preferirmos, da popularidade».

Publicam-se na íntegra as respostas do director de «O Jogo» ao questionário por escrito que lhe foi enviado pelo «Observatório de Deontologia do Jornalismo».

Boletim Observatório de Deontologia do Jornalismo — É orientação editorial do jornal que dirige privilegiar o futebol sobre os outros desportos? Porquê?

Manuel Tavares — «O Jogo» privilegia o futebol em relação às demais modalidades em função das audiências relativas, ou, se preferirmos, da popularidade.

Ao longo do mês de Março, é notório o desequilíbrio em relação ao número de manchetes com um clube (Benfica)

em detrimento de outros. Sendo o Sporting Clube de Braga a equipa sensação do último campeonato, como explicar a quase ausência nas manchetes e a discrepância em relação aos chamados três grandes clubes?

Não me recordo das circunstâncias objectivas fontes de notícias ao longo do referido mês de Março mas recordo que o Sport Lisboa e Benfica afinal foi o campeão. E recordo-me bem que «O Jogo» teve o cuidado ao longo de toda época desportiva de colocar o Sporting Clube de Braga na capa e por vezes como manchete, com especial ênfase na edição Norte por motivos óbvios de proximidade.

Acha que há no seu jor-

nal, em matéria noticiosa, uma distinção clara entre informação e opinião?

Sobre a distinção entre o que é notícia e comentário não tenho qualquer dúvida de que «O Jogo» tem procedido a uma demarcação muito clara, incluindo o plano gráfico.

Porque é que o jornal que dirige tão frequentemente não refere a fonte da notícia, deixando a impressão de que é o próprio jornalista e/ou o jornal?

Desconheço os meios de análise a que o Conselho Deontológico terá deitado mão para perguntar das razões que levariam «O Jogo» a não referir a fonte da notícia “tão frequentemente”, mas tenho a certeza que essa conclusão não poderá ser sustentada com base numa estatística séria. Ainda que reconheça que, no plano dos negócios relativos ao mercado de transferências de futebolistas, essa situação ocorra por motivos óbvios configurados pelo conceito de “protecção da fonte”, seja essa fonte empresário, dirigente ou o próprio jogador.

Porque é que as fotos são sempre assinadas e os textos não?

De facto «O Jogo» assina 100 por cento das fotos que publica e só não assina 100 por cento dos textos porque os nossos jornalistas têm o bom hábito de preservar o trabalho que compramos às agências noticiosas e estas não assinam todos os seus textos, naturalmente.

Como é que o jornal aplica o princípio da audição das partes com interesses atendíveis no caso?

«O Jogo» tenta proceder sempre à audição das partes com interesses atendíveis sobretudo quando eles são contraditórios, mas nem sempre é possível fazê-lo na mesma edição e por vezes até nunca, pela simples razão de que há partes que pura e simplesmente não pretendem explicitar as suas eventuais razões. Esta é a regra e quando falharmos, como já aconteceu, pedimos desculpa e tratamos de corrigir, se possível na edição seguinte, o cumprimento do chamado contraditório.

Susana Oliveira



«RECORD»

Futebol versus desporto

O «Record», jornal especializado em desporto mas também generalista e pluralista, segundo o Estatuto Editorial, estrutura-se em ritmos e incidências semelhantes aos de um jogo de futebol: entre a primeira e a última página, a edição vai do “Minuto 0” ao “Minuto 90”.

Depois, ao longo de mais de 30 páginas, o futebol nacional é o “desportorei”, com análise de jogos, relatos, artigos de opinião, gráficos e grelhas de classificação, além de um ou dois cartoons “obrigatórios”, ficando as outras modalidades para a segunda metade do jornal, em três ou quatro páginas.

A vertente generalista a que se alude no Estatuto encontra-se nas quatro ou cinco páginas que o diário dedica a breves da actualidade nacional, à política, economia, ao noticiário internacional, à programação televisiva e ao “social”, em que as figuras centrais são geralmente pessoas do futebol ou com ele relacionadas.

Um diário de futebol

Na quinta-feira, dia 4, o jornal publicou um total 214 itens, dos quais sete eram publicidade (variando da página inteira a ro-dapé);

Por secções do jornal foi esta a distribuição dos artigos:

- Opinião – 4
- Em cima da hora – 7
- Portugal-China (o jogo mais importante da semana) – 29
- Sub23 Portugal-Gales – 6
- L.Sagres FC Porto – 13
- L.Sagres Sporting – 14
- L.Sagres Benfica – 14
- Liga Sagres – 22
- Árbitros (tema da actualidade) – 6
- Liga de Honra – 5
- Futebol – 5
- Liga Intercalar – 3
- Modalidades – 22
- Internacional – 14
- Fora de campo – 11
- TV – 4
- Jogo da Vida – 7
- Minuto 90 – 17
- Última Página – 4

Esta enumeração põe a descoberto a predominância dos assuntos relacionados com o futebol que perpassa nas edições do jornal.

Porém, o desportivo do grupo Cofina cobre um

número significativo de modalidades, de cuja actualidade dá regularmente informação aos leitores.

Primeiras páginas

Em Março, a primeira página teve sempre uma foto a cores de grande dimensão, sobre a qual surge o título principal e dois ou três a ele ligados, além de três ou quatro chamadas – umas com pequena foto, por cima ou por baixo da manchete e numa coluna vertical à direita – alertando para temas desenvolvidos nas páginas interiores.

Nas 31 edições do mês, o «Record» fez 16 manchetes com o Sport Lisboa e Benfica (SLB), nove com o Sporting Clube de Portugal (SCP), cinco comuns a estes dois clubes e uma conjunta do SLB com o Futebol Clube do Porto (FC Porto), a propósito da final da Taça da Liga.

Recorrendo a dados da APCT poder-se-á atribuir eventualmente o desequilíbrio entre o destaque dado

nas primeiras páginas aos dois clubes de Lisboa em detrimento do FC Porto, que era o campeão em título, e do Sporting de Braga, “equipa sensação” da prova então a lutar com o Benfica pela liderança, a questões de distribuição geográfica do jornal, que vende mais de 33% dos exemplares diários (23.500) na capital, contra 8,3% (5.900) no Porto e ainda menos em Braga.

No entanto, a discrepância do número de manchetes não tem correspondência no corpo do jornal, onde o «Record» publica um número idêntico de artigos para os “três grandes”.

Retrato «Record»

A análise que o Conselho Deontológico se propôs fazer dos três diários desportivos na sequência de queixas que, ao longo dos anos, nos foram chegando, principalmente de falta de imparcialidade e de desequilíbrio entre as modalidades abordadas nas suas páginas, teve por base uma grelha quantitativa.

Para o preenchimento da grelha e contabilização dos resultados, foram aleatoriamente escolhidas as edições de 4 de Março (quinta-feira), 12 (sexta-feira), 20 (sábado) e 28 (domingo), de forma a cobrir dias diferentes da semana, além de genericamente abarcar todo o mês.

Quanto ao «Record», concluímos que o jornal mantém diariamente uma estrutura rígida em termos »

de rubricas e/ou secções, número de artigos e conteúdos. Em média a edição inclui 200 peças e a publicidade - frequentemente relativa a produtos do grupo Cofina - ocupa menos de 5% do jornal.

Numa perspectiva que permitisse a avaliação do respeito pelos princípios éticos e deontológicos, debruçámo-nos sobre o género jornalístico (notícia breve, desenvolvida, reportagem, artigo de opinião, entrevista, etc), as fontes da notícia e a assinatura dos textos (jornalista, colunista, agência noticiosa ou não assinado), entre outros critérios.

Assim, o «Record» surge como um jornal que nas suas páginas:

- dá destaque a uma notícia (21%) e preenche o espaço restante com quatro (79%) de menor relevo;

- a maioria dos artigos não é assinada (cerca de 66%), 28,5% dos textos tem a assinatura de um jornalista, 5% é da autoria de um colunista/comentarista e 0,5% é identificado como originário de agência noticiosa;

- a notícia breve predomina como género jornalístico (43,5%), seguida de textos desenvolvidos (33%), outros (gráficos e infografias, 9,3%), artigos de opinião (cerca de 6,5%), entrevistas (6%), reportagem (1%), cartoon (0,7%) e a ausência de editorial (pelo menos assim identificado);

- mais de 55% das notícias não faz qualquer refe-



rência directa (ou indirecta) à fonte;

- 53,5% dos textos do jornal tem menos de três parágrafos (mas frequentemente tem mais de três períodos); e

- metade das peças tem foto, sempre assinada.

Escrita e estilo

O «Record» é um jornal de leitura fácil, formalmente organizado e com os assuntos claramente identificados.

Utiliza vocábulos acessíveis, em que erros ou grialhas não foram detectados ao longo do mês de análise.

Porém, a sua linguagem é fechada, em torno da “cultura” do desporto e sobretudo do futebol, em que ressalta o recurso a gíria e

trocadilhos, desaconselháveis no capítulo da escrita de notícias por poderem dificultar o entendimento do texto, principalmente por leitores não regulares de jornais desportivos.

São exemplos títulos do mês de Março como: “Leão mata dragão”, “Di Maria é a arma de Jesus” (primeira página da edição de dia 1), “Asa esquerda ferida” (quinta-feira, 4), “Mata-dores em risco” (domingo, 14), “Sr. Feliz e Sr. Contento” (segunda-feira, 15), “Festa do caneco” (domingo, 21) e “Águia imperial” (segunda-feira, 22).

Fica também aqui claro que o «Record» usa por vezes expressões e termos de outros domínios de actividade e linguagem agressiva, que, segundo estudos de investigadores in-

ternacionais, em situações extremas podem potenciar reacções de conflito e confronto entre adeptos de clubes adversários.

Quanto à audição das partes com interesses atendíveis, vulgarmente chamado “contraditório”, o jornal aborda em cada texto um só assunto, numa perspectiva única. Porém, outro texto publicado na mesma edição, paralelo a esse, noutra página, ou, em casos mais comuns, na edição seguinte, o «Record» dá a posição da outra parte.

Relativamente ao conteúdo, e sobretudo no que ao futebol respeita, os textos são escritos como se se tratasse de reportagens de jogo, mas mais não são do que “filmes” do acontecimento, relatos valorativos, »

adjectivados e subjectivos, em que o jornalista faz a sua análise tendo, obviamente, em conta as incidências do desafio.

O género jornalístico da reportagem existe mas sem grande expressão nos conteúdos do «Record», apenas cerca de 1%.

Verifica-se também que o jornal publica, aparentemente sempre que se justifica, a rubrica “Record er-

rou”, para corrigir imprecisões que tenha feito em edições anteriores, dedica um espaço, embora reduzido, à opinião dos leitores, a quem apela diariamente para que participem na discussão de temas escolhidos pelo diário.

Fontes

A fonte da notícia é, para o leitor, na maioria das no-

tícias (mais de 55%) quem a escreveu e/ou o jornal.

O «Record» recorre frequentemente a frases do tipo: “O Record apurou”, “é provável que...”; “é quase certo que”, sem identificar de forma clara quem deu determinada informação ou valor-notícia.

Mas também acontece numa notícia não ser citada a fonte para o assunto que aparentemente a mo-

tivou, e depois, a meio do texto surgir alguém a fazer declarações sobre outro tema, embora ambos estejam relacionados.

Francisca Leal



«Record»

Ficha técnica

O «Record» foi fundado a 26 de Novembro de 1949, por Fernando Ferreira, José Monteiro Poças e Manuel Dias.

É propriedade da Edisport – Sociedade de Publicações SA, cujo capital é detido a 100 por cento pelo grupo Cofina Media.

Começou como semanário (ao sábado), passou a bissemanário (terças-feiras e sábados) em Fevereiro de 1953, a trissemanário em Abril de 1972 (quartas, quintas e sábados), a quadrissemanário em Agosto de 1991 e a sair cinco vezes por semana pouco antes de se tornar diário, a 1 de Março de 1995.

A 20 de Abril de 1999 lançou a edição online e a 1 de Janeiro de 2009 adoptou a nova escrita da Língua Portuguesa (Acordo Ortográfico).

Alexandre Pais é seu director desde 2003. A estrutura de direcção do «Record» é ainda composta por dois directores-adjuntos, um subdirector e chefe de redacção, um editor-chefe adjunto da direcção, seis editores-chefes e dois editores-executivos.

No mês de Março, a Redacção, dividida por Lisboa e Porto, incluía 16 editores e editores-adjuntos, três redactores e repórteres principais, 36 jornalistas, 17 colunistas – de várias áreas profissionais –, três “equipas” de humoristas, 10 repórteres fotográficos, um editor de fecho da Fotografia e três arquivistas.

Quanto ao Estatuto Editorial, o «Record» classifica-se como um jornal de referência, “especializado em Desporto mas também generalista e pluralista, que respeita os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação, de acordo com a Constituição da

República Portuguesa”.

Assumindo a sua independência de “clubes, associações, partidos ou crenças religiosas”, o jornal afirma que aborda os acontecimentos “exclusivamente pelo seu valor jornalístico”, fazendo “uma clara distinção entre as notícias, a análise e a opinião”.

Segundo o Estatuto Editorial, “rege-se por critérios jornalísticos de rigor e isenção, respeitando (...) a diversidade de opiniões, e cumprindo a Lei de Imprensa e o Estatuto do Jornalista”.

O «Record» tem um Conselho de Redacção de três elementos e três delegados sindicais.

O auto-classificado líder da imprensa desportiva portuguesa teve uma tiragem média da edição em papel de 116.383 exemplares em Março, e uma circulação média de 72.027 unidades, segundo os dados mais recentes da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT).

Um terço dos exemplares do jornal é vendido no distrito de Lisboa, a que se segue o de Setúbal com 11,6 por cento e o do Porto, com 8,39 por cento, segundo aquela entidade.

Em termos de audiência, de acordo com o jornal, no segundo semestre de 2009 o «Record» atingiu 858 mil leitores diários e em Janeiro deste ano registou 15 milhões de visitas à edição online.

Com uma edição padrão de 48 páginas em formato tablóide, a média de Março foi de 44 páginas. As edições mais extensas surgiram à segunda-feira (52, nos dias 1, 15, 22 e 29), enquanto a sexta-feira dia 5 teve apenas 36 páginas.

Custa 0,80€.

FL

Bad news is good news

A definição consensual de notícia é a de que se trata de divulgar um facto novo de interesse geral.

Há outras definições, mais pormenorizadas ou mais abstractas, mas em nenhuma delas se afirma que só as más notícias são notícia. A expressão, muleta em conversa chocha sobre as características dos gostos dos leitores de jornais, não passa de uma private joke, uma brincadeira de redacção, saída do grande jornalismo norte-americano da década de 1920, o mesmo que definiu que reportagem tem que ter gente dentro, constrói-se a partir de histórias onde o fio condutor da narrativa leva à vida de pessoas concretas. Não há Código Deontológico que estabeleça que é obrigação do jornalista só dar más notícias. O Código português até aconselha, no seu segundo preceito, que o jornalista deve «combater (...) o sensacionalismo».

Vem esta enunciação axiomática a propósito das crónicas que o jornalismo europeu, nele se incluindo o que se publica em Portugal, fez do Campeonato Mundial de Futebol, que decorreu em Junho/Julho deste ano na África do Sul.

As crónicas de abertura preveniam para perigos infundáveis, desde roubos, violações e assassinios a um tempo frio, desagradá-

vel, uma população inculta que nem sabia que o Cabo fora ‘descoberto’ por Bartolomeu Dias, um navegador português do século XV.

As crónicas de despedida anunciavam um rasto de distúrbios sociais ‘inevitáveis’, dadas as greves que iriam suceder-se, provocadas pelos despedimentos em massa dos empregados sazonais do evento desportivo, pelas ‘brutais’ quedas salariais agora que já não era preciso pagar horas extraordinárias aos operários encarregues da manutenção dos estádios, pelo mal-estar que percorria as forças policiais, com vencimentos diferenciados entre os diferentes corpos.

Além disso, a inevitável morte de Nelson Mandela, dada a sua propecta idade e estado de saúde, ia pôr fim ao «milagre sul-africano», lançando o país dirigido por um Jacob Zuma falho de autoridade, de prestígio e polígamo, em convulsões sociais sem fim à vista.

Um mês passado sobre estes augúrios – a palavra é esta, pois não havia base factual para os anunciar – nenhum deles se concretizou, mas não se notou qualquer correcção por parte dos croniqueiros quanto às consequências das suas palavras, ditas ou

escritas.

Segundo o balanço do evento feito pelo presidente sul-africano, Jacob Zuma, «mais de 200 mil visitaram a África do Sul» para assistir aos jogos, que tiveram uma assistência de «três milhões de pessoas», número só ultrapassado pela Copa dos Estados Unidos (1994) e pela da Alemanha (2006).

O jornalista John Carlin no serviço que saiu no El País de 12/7/10 interpelou quem criou em torno do torneio um ambiente de catástrofe.

Assim: «Existe uma importante porção da humanidade, talvez por questão mais de temperamento do que de maldade, que procura sempre pretextos para queixar-se, para indignar-se, para ver o copo sempre meio vazio, para assustar-se e assustar os outros.

«O Mundial da África do Sul deu-lhes larga oportunidade para descarregar o seu congénito mau feitio. Pelo menos enquanto decorreu. Agora já não. Agora que o Mundial terminou, caíram no ridículo, revelando-se os mesquinhos que sempre foram.

«Nenhuma das catástrofes anunciadas se concretizou no Mundial sul-africano, nem uma sequer das que as aves de mau agoiro previam. Uma das anunciadas foi a possibilidade de que Nelson Mandela morresse durante o torneio, o que, a acontecer, teria também atingido de morte, provavelmente, a maior festa do mundo; a outra, motivo do secreto

terror da FIFA, foi que ao famoso vulcão islandês lhe desse para cobrir os céus europeus de cinza durante o torneio, reduzindo de maneira drástica o número de visitantes estrangeiros à África do Sul.

«As catástrofes anunciadas diariamente pela mesquinha linhagem dos meios mundiais incluíam: cortes de luz que impediriam a transmissão dos jogos pela televisão, milhares de adeptos a dormir ao relento por falta de hotéis, atentados terroristas da Al-Qaeda, massacres diários dos visitantes por parte dos notórios criminosos sul-africanos, tensão entre brancos e negros, que desembocaria em guerra racial. O que escondiam todos estes sombrios prognósticos, dissimuladamente, era apenas o racismo inato de quem os expressava. Ou a ignorância. Ou a cobardia. Ou uma mistura das três coisas. De todas as maneiras equivocaram-se. Só é pena que muita gente não tenha vindo à África do Sul participar no Mundial devido ao medo que jornalistas medíocres lhes meteram no corpo».

Algumas chefias do jornalismo português ainda não fizeram o luto colonial. Provavelmente já não o vão fazer. É tempo de darem o lugar às gerações que cresceram livres de uma mentalidade na qual o respeito pelos direitos humanos é meramente instrumental.

António Melo, jornalista

O entendimento informal das regras ocultas

Um artigo do repórter freelance Michael Hastings esteve na origem da resignação do comandante das forças dos Estados Unidos da América e da NATO no Afeganistão. Mas o seu artigo constituiu também o cerne do debate sobre a relação dos jornalistas com as fontes e as suas regras ocultas, na expressão de Jay Rosen.

«O general fugitivo» foi o título escolhido pelo repórter freelance Michael Hastings no artigo que escreveu para a revista norte-americana «Rolling Stone» e editado em 22 de Junho de 2010. O epíteto designava o general Stanley McChrystal, comandante das forças dos Estados Unidos da América e da NATO no Afeganistão, cujas declarações determinaram a sua resignação.

Michael Hastings, convidado a passar algum tempo com McChrystal e o seu pessoal, escreveu um artigo em que descreve o perfil do general. Mas aludiu também a uma série de farpas que o general e o seu pessoal lançou ao Presidente Barak Obama, ao Vice-Presidente Joe Biden, ao enviado especial Richard Holbrooke e ao embaixador no Afeganistão Karl Eikenberry, entre outros.

Hastings escreveu que o general tinha tomado o controlo da guerra por «nunca tirar os olhos do inimigo real: Os cobardes

na Casa Branca.» Apesar de nomeado para o cargo por Obama, o general desafiou o Presidente dos Estados Unidos, considerando que a sua política era fraca em matéria de segurança nacional.

O teor das declarações e a descrição feita pelo jornalista no seu artigo provocaram uma convulsão em Washington. Mas suscitou também uma intensa polémica entre os que verberam a conduta de Michael Hastings e aqueles que defendem a independência dos jornalistas face às fontes.

Jay Rosen, professor na Universidade de Nova Iorque, autor de PressThink, um weblog sobre jornalismo e a sua experiência penosa [www.pressthink.org] e do livro What Are Journalists For?, no qual aborda o surgimento do movimento do jornalismo

cívico, destacou-se na denúncia do comportamento da imprensa corporativa que omite informação ao público.

Os repórteres Gordon Lubold e Carol E. Lee, do «The Politico», foram particularmente visados pelas suas declarações, designadamente a primeira versão do artigo «President Obama: Stanley McChrystal showed ‘poor judgment’». Jay Rosen critica a posição dos repórteres do «The Politico» ao afirmarem que Hastings, como repórter freelance, « devia ser considerado um maior risco na concessão de livre acesso, comparado com um repórter batido, o qual não queeria queimar pontes ao publicar muitos dos comentários de McChrystal ».

Um factor escondido

Rosen deduz que preservar o acesso futuro é «um factor escondido», agora revelado pelos «repórteres institucionalmente amarrados», como Carol E. Lee que cobre a Casa Branca para «The Politico». Acrescenta que este é o tipo de observação em que «The Politico» negocia e é o tipo de «facto interno» que omite informação considerada funesta para as fontes.

Acusa ainda Jim VandHei, que saiu do «Wall Street Journal» para «The Politico», de trair a sua disposição inicial de derubar alguns dos «segredos do jornalismo tradicional», por exemplo, como se lançam estórias que são fruto de fugas de informação e que causas servem certas estórias políticas.

Esses segredos estão, afinal, implícitos na observação de Gordon Lubold e Carol E. Lee. Os repórteres experimentados têm um motivo para preservar as suas relações chave. Frequentemente não dizem tudo o que sabem, o que «os torna mais confiáveis, mais previsíveis aos olhos das pessoas poderosas que cobrem».

No decurso desta polémica, outros repórteres também se questionaram sobre as razões que determinam a total omissão de comentários, do tipo dos que fez o general McChrystal, por parte de repórteres e analistas com fontes tão profundas e tão longa experiência na cobertura do Pentágono.

Outros repórteres, segundo Rosen, aduzem a explicação. Publicações como a «Rolling Stone» e a «Esquire» fazem um menor investimento numa relação contínua do que os repórteres especializados que cobrem a guerra para jornais e revistas. Os repórteres freelance trabalham para cada peça e não têm incentivo para estabelecer e manter uma relação de confiança durante semanas e meses de artigos. »

Frequentemente não dizem tudo o que sabem, o que «os torna mais confiáveis, mais previsíveis aos olhos das pessoas poderosas que cobrem».

Cativos das instituições

Mas Rosen não compartilha a teoria que pretende colocar repórteres especializados contra freelancers. E Clint Hendler, da Columbia Journalism Review, opina que o perigo dos repórteres de Washington é tornarem-se cativos das instituições de que são especialistas.

Uma outra questão suscitada por esta polémica respeita à forma como são identificadas as fontes anónimas. Num comentário colocado por Pelham, no sítio de Jay Rosen, afirma-se a existência da prática de identificar a mesma fonte anónima de formas diferentes.

Pelham conclui que há suficiente matéria para uma organização que se dedique exclusivamente a expor o tipo de jornalismo que se faz em Washington. E adverte os leitores para se manterem ultra-cépticos sempre que encontrem uma fonte anónima de qualquer espécie num artigo. Na maior parte dos casos, trata-se de material citado em auto-serviço de quem o declara anonimamente, tendo a fonte como único objectivo dizer aquilo em que devemos acreditar.

Numa outra nota é abordada a tensão, inerente ao jornalista que cubra a área política, entre ser um canal de atribuição de sentido para os leitores ou fazer as coisas de forma a manter o acesso às fontes. E são criticados os jornalistas que procedem de forma enviesada relativamente

à sua função de informar o público e que servem de porta-vozes das fontes, ajudando-as a manipular os leitores.

Jay Rosen considera que questões como as que foram suscitadas pelo artigo de Michael Hastings servem para revelar regras ocultas assimiladas por repórteres, assim como compreender o comportamento de fontes como McChrystal. O general pode ter ficado com a impressão errada de que «Hastings protegê-lo-ia em troca do importante acesso e franqueza».

«O pequeno sujo segredo entre repórteres especializados, que rotineiramente viajam com oficiais de topo da hierarquia militar, é que existe um código não escrito, uma compreensão geral, que as piadas jocosas, a ironia irreverente e as conversações informais são geralmente off-the-record, ou no mais profundo background, a não ser que seja acordado de outra forma», afirma Jay Rosen.

Baseado na sua experiência jornalística de 16 anos de viagens com funcionários seniores da defesa e militares, alude ser esta usualmente «uma compreensão informal, especialmente entre um grupo de repórteres que viajam com um oficial, mas algumas vezes é parte das regras oficiais do campo...»

OC

«The Runaway General», por Michael Hastings, [<http://www.rollingstone.com/politics/news/17390/119236>]

O princípio redutor do contraditório

Tornou-se do domínio público a apropriação por jornalistas e fontes da designação do princípio do contraditório aplicado ao jornalismo. É uma utilização imprópria de um conceito que é redutor face ao princípio deontológico fundador do jornalismo, que estatui o dever da audição das partes com interesses atendíveis.

O princípio do contraditório ou da audiência bilateral entronca no direito romano e é, hoje em dia, um dos princípios básicos do processo civil. O princípio do contraditório é aplicado por juízes no decurso do processo.

Salienta-se num acórdão do Tribunal da Relação do Porto que o «princípio do contraditório, na sua concepção mais ampla, há muito consagrada no direito comparado, nomeadamente no direito constitucional germânico, [implica que] “O Juiz deve observar e fazer cumprir, ao longo de todo o processo, o princípio do contraditório... não lhe sendo lícito decidir questões de direito ou de facto, mesmo que de conhecimento officioso, sem que as partes tenham tido a possibilidade de sobre elas se pronunciarem”».

Acrescenta que o contraditório implica «sempre o conhecimento e audição da parte processual em relação a toda e qualquer questão que lhe diga respeito, assegurando-se-lhe o direito de, mesmo em re-

lação a questões de decisão officiosa, se pronunciar e de se defender sobre os factos concretos imputados e o direito que se tem em vista aplicar-lhe». [1]

O contraditório é um conceito da jurisprudência que não tem aplicação, mesmo mitigada, à prática jornalística. Pressupõe, desde logo, um papel de árbitro como o que é desempenhado pelo magistrado que administra a justiça. A função do jornalismo não é arbitrar o contraditório nem tomar decisão sobre o processo.

Quanto muito ao jornalista compete suscitar a contradição ao ouvir as posições e argumentos de todas as partes com interesses atendíveis no caso. Compete-lhe interpellar para aclarar as posições expressas de forma a esclarecer os públicos a que se destina o trabalho jornalístico.

Prática deontológica

Ouvir as partes com interesses atendíveis no caso »

[ponto 1 do Código Deontológico] ultrapassa a função processual do princípio do contraditório. A audição das partes é prática deontológica inerente ao relato rigoroso e exacto dos factos e à sua interpretação honesta. Não se cinge apenas a fixar a expressão do contraditório.

A audição das partes com interesses atendíveis é uma ferramenta imprescindível à comprovação dos factos, à expressão da diversidade de posições e à concretização do pluralismo informativo. E, nestes termos, é um dever do jornalista e um direito que assiste às fontes.

A audição das partes com interesses atendíveis constitui uma metodologia do jornalismo que confere isenção e assegura o rigor e exactidão indispensáveis ao exercício profissional. É um dever deontológico estruturante da profissão.

Reduzir esse papel do jornalismo ao princípio do contraditório é uma forma de lhe confiscar uma função fundadora enquanto dever que se exercita como serviço público prestado aos cidadãos. Os direitos conferidos aos jornalistas não são direitos de uso próprio, mas sim direitos inerentes à função social que o jornalismo desempenha.

Reduzir a audição das partes àquilo que implica a contradição é transformar o jornalismo e os jornalistas em árbitros de um outro direito constitucionalmente consagrado, o direito de resposta e de rectificação [ponto 4 do art.º 37.º da Constituição]. Direito que os jornalistas e as empresas de comunicação social devem aplicar e que tem na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) o árbitro apropriado para dirimir conflitos ou para impor o seu cumprimento.

Em limite extremo, a aplicação do princípio do contraditório ao jornalismo é a negação do fenómeno informativo, quer noticioso quer opinativo. Cada notícia e cada opinião ficariam reféns do «conhecimento e audição da parte processual em relação a toda e qualquer questão que lhe diga respeito».

Aliás, tal argumentação já serviu de pretexto para impedir a publicação de matérias de opinião. E serviria como instrumento das fontes para retardar ou impedir a publicação quer de notícias quer de comentários ou artigos de opinião.

Mas implicaria também a desresponsabilização do jornalismo e do jornalista, confinado no seu dia-a-dia

apenas ao dever de ouvir uma e outra parte, num mimetismo de ecos que ressoam em algumas práticas parlamentares ou da génese daquilo que é o género frente-a-frente.

Processo informativo

A crítica da aplicação ao jornalismo do princípio do contraditório não nega o dever deontológico de ouvir todas as partes. Crítica que também rejeita práticas profissionais que dão argumento às acusações que atingem o jornalismo no seu todo.

A informação é, em si mesma, um processo que se escreve datado e com a periodicidade dos seus meios. Não é um acto único nem sequer tem qualquer semelhança na sua essência, no seu tempo e na sua decisão com o processo civil.

Mas esta crítica também rejeita que o jornalismo promova o julgamento de arguidos e réus na praça pública. O papel do jornalismo não é o de aplicar o princípio do contraditório, nem julgar ou ser juiz em cada notícia ou opinião.

Extensivamente, o papel do jornalista e do jornalismo também não é o do

polícia ou o da investigação policial. Esta tem a sua metodologia própria e visa fins distintos. O jornalismo não é um «auxílio em diligência de serviços de polícia», como o pretendia Salazar, nem se pode arvorar em substituto da investigação policial.

A contaminação entre métodos do jornalismo, da justiça, da polícia e até da esfera política são o fruto da alienação dos factores distintivos de cada um dos sectores e o indício de um mau desempenho profissional das partes fautoras.

O jornalismo afirma-se autonomamente pela teoria, prática e ética próprias. Se não o fizer acabará por ser canibalizado por esse ser improvável e incerto gerado pelas circunstâncias.

Orlando César

[1] Lopes do Rego, entre outros, in “Comentários ao Código de Processo Civil”, Volume I, 2ª edição, pag.17 a 34, citado pelo Tribunal da Relação do Porto - Litigância de Má Fé. Princípio do Contraditório. Apelação nº 981/08.6TBOVR.P1 - 3ª Sec. Data - 15/07/2009. http://www.trp.pt/jurisprudenciavel/civel_981/08.6tbovr.p1.html

Observatório de Deontologia do Jornalismo - Boletim mensal do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas

Director e editor de fecho: Orlando César
Editoras desta edição: Ana Machado, Francisca Leal e Susana Oliveira
Design e paginação: Marta Gonçalves

Redacção: Ana Isabel Costa, Ana Machado, Etiano Branco, Francisca Leal, Gabriela Chagas, Orlando César, Otilia Leitão e

Susana Oliveira.
Ilustrações: Maria Ramos

As colaborações assinadas exprimem os pontos de vistas dos seus autores e a sua publicação não significa que o Conselho Deontológico subscreva as opiniões aí expressas.

Endereço electrónico: conselhodeontologico@sinjor.pt